

4º CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (PLURIS2010)

TÍTULO: Desenvolvimento econômico e conversão do uso da terra no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco – Brasil.

Autor: Carlos Santos; **Co-Autor:** Prof^a Dr^a. Vitória Gehlen

RESUMO:

O Cabo de Santo Agostinho vem passando por um processo de conversão do uso da terra o qual tem produzido mudanças espaciais, socioambientais, econômicas e culturais devido aos investimentos públicos e privados no município que o transformam físico e socialmente. Físico, porque sua paisagem é alterada com a chegada do capital. E social, porque a população local é afetada nas suas condições básicas de sobrevivência, além de ter sua organização social, hábitos, costumes e forma de subsistência alterada. O objetivo deste artigo é analisar como vem ocorrendo a conversão do uso da terra, que tem como base o desenvolvimento econômico, e as mudanças ocorridas na vida da população local.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo decorre do projeto de pesquisa “Do Rural ao Urbano: a Conversão do Uso da Terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco” - Edital MTC/CNPq 01/2007 N° do Processo 503091/2007-3 - desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas e Estudos em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas – GRAPP/UFPE. O projeto analisa as questões referentes às prioridades do uso da terra no município do Cabo de Santo Agostinho. A lógica de desenvolvimento industrial, implantada pelo estado, com construções de parques industriais em terras antes utilizadas para agricultura, é um dos seus eixos principais.

Referindo-se ao desenvolvimento, Singer (1932) observa que no sentido econômico, ele faz parte de um processo histórico cuja dimensão consiste numa completa transformação da estrutura de produção existente. Carvalho (2002), por sua vez, salienta que o termo desenvolvimento possui diferentes significados. Segundo o autor na contemporaneidade vem predominando a concepção de desenvolvimento igual a crescimento econômico, prevalecendo a idéia dos fatores econômicos, sobre os outros indicadores, como os socioambientais. Pode-se observar a influencia e a inserção da idéia de desenvolvimento, no município do Cabo de Santo Agostinho, no sentido econômico dado ao termo.

Desde sua formação, em 1500, o Cabo de Santo Agostinho teve sua economia centrada no desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar até os anos de 1950. Devido aos conflitos sociais existentes na região (SILVA, 2004) o município na década de 1970, começa a receber

os primeiros incentivos para a diversificação econômica com a criação, em 1979, do Distrito Industrial do Cabo. Ao perceber que, com o avanço tecnológico, o desenvolvimento econômico seria de maiores proporções, o Governo do estado, através de decretos, começa a desapropriação de terras para a chegada de novos investimentos. A partir daí processa-se a conversão do uso da terra no município, comparando-se a países como as Filipinas, que é consequência de escolhas políticas relativas ao uso da terra as quais refletem um determinado conjunto de prioridades de desenvolvimento (KELLY, 1998).

2. CARACTERIZAÇÃO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Situado nas coordenadas geográficas 8°20'57 "S / 34°56'49" W, o município do Cabo de Santo Agostinho faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR). É um município com grande área litorânea, situado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, à margem da BR-101, da PE-60 e do ramal da Rede Ferroviária do Nordeste, que liga o estado de Pernambuco aos estados de Alagoas e Sergipe (Figura 01). Trata-se de um espaço estratégico para entrada e saída de mercadorias.

O município divide-se em quatro distritos: Cabo, Jussaral, Ponte dos Carvalhos e Santo Agostinho (Figura 01).

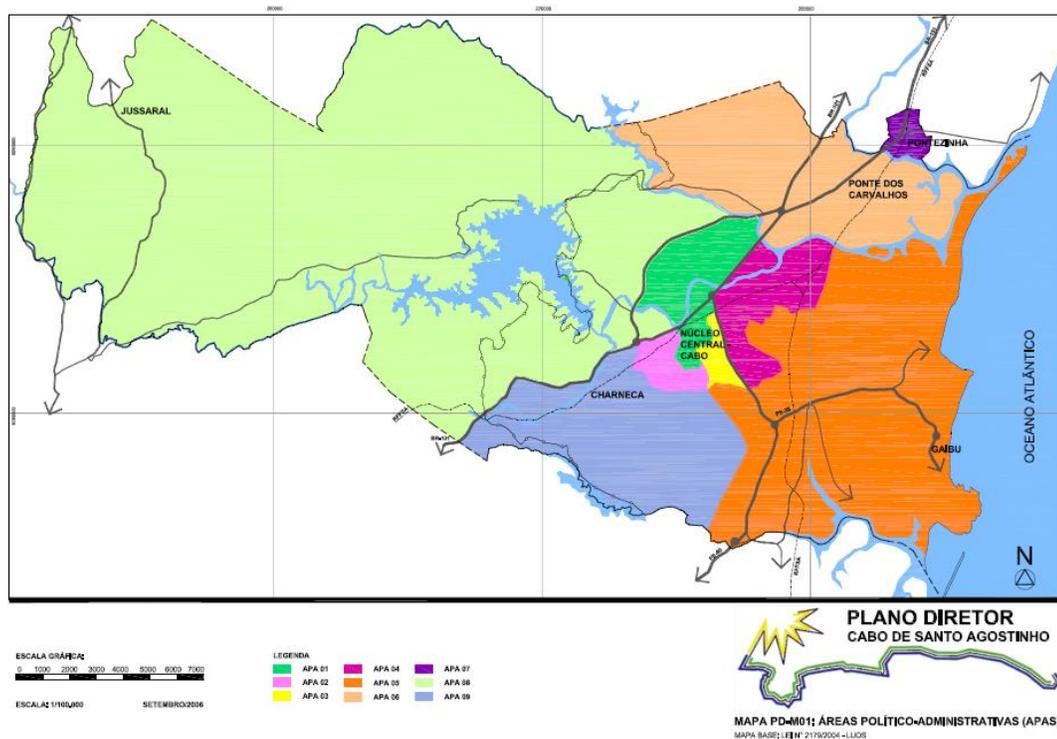


Fig.01 Mapa do município do Cabo de Santo Agostinho dividido entre seus distritos. Fonte: Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho Projeto de lei: 18/2006.

2.1 Conversão do uso da terra.

No processo de urbanização do município do Cabo de Santo Agostinho, que teve como marco a década de 1960 com a implantação do Distrito Industrial do Cabo, pode-se observar uma alteração do modelo territorial fordista, como resultado da redefinição da divisão regional do trabalho em regiões menos desenvolvidas, como é o caso do nordeste brasileiro. Tais mudanças foram reforçadas na década de 1970 com a construção do Complexo do Porto de Suape e logo a seguir, do Projeto Costa Dourada, com a predominância da conversão do uso da terra ao Turismo planejado. O espaço do município do Cabo de Santo Agostinho aparecia apenas como suporte para o desenvolvimento do processo de industrialização preconizado pelo estado.

Espaço, neste caso, é entendido como o uso do meio ecológico e das infraestruturas. O meio ecológico corresponde ao elemento “natural”, sua natureza é compreendida como um conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. Já as infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações e caminhos (SANTOS, 1985). No Cabo de Santo Agostinho este espaço era marcado pelas atividades rurais, entre elas a pequena agricultura como principal forma de subsistência das famílias. (GEHLEN, 2010)

Com a chegada do desenvolvimento industrial, as famílias que tinha como principal forma de suprir suas necessidade a agricultura deparam-se com uma nova realidade. A indústria se concretiza, trazendo consigo novas formas de produção e uma lógica diferenciada de desenvolvimento. Ao falar da indústria Lefebvre (2004) afirma que a mesma captura a natureza e não a respeita; dispende suas energias; desventra-a para apoderar-se de seus recursos de energia e de matéria; devasta-a para “pro-duzir” coisas (intercambiáveis, vendáveis) que não são da natureza nem estão nela.

Os impactos trazidos pela industrialização no Cabo de Santo Agostinho não são apenas na natureza mas também na população, que antes possuía características rurais e agora passa a ser urbana, transformando, deste modo, sua forma de organização social. Lefebvre (2004) observa que quando nasce uma sociedade da industrialização, isto é, uma sociedade constituída por um processo que domina e absorve a produção agrícola, esta passa a ser chamada de sociedade urbana. Esta sociedade urbana é um processo em curso, que se materializa, também, no crescimento (fragmentado em subúrbios, periferias, etc.) do urbano. As transformações trazidas pelo desenvolvimento industrial no município em estudo, gerou um processo de crescimento urbano, no qual as atividades agrícolas que previamente existiam, foram deslocadas ou remanejadas para zonas vizinhas ou engolidas pela restante massa urbana tornando-se “ilhas” de agricultura dentro da cidade (GEHLEN, 2010).

As mudanças observadas dentro da ótica de que o centro urbano da cidade do Cabo de Santo Agostinho seria um centro urbano com condições de dar suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia, e ao mesmo tempo manter relações com o mundo globalizado, através da construção de uma nova rede geográfica, que diz respeito ao sistema de relações realizadas sob o território com áreas rurais para exercer uma condição de comando, não vem sendo realizada nem mesmo sendo possível. O que vem sendo observado no contexto da divisão

técnica e social do trabalho é que as relações e as ligações entre o urbano e o rural com o processo de acumulação do capital não foram pensadas em condições históricas concretas.

Portanto, o urbano que pode ser entendido como a soma das determinações dos setores produtivos que representa o lócus por excelência da divisão do trabalho, que mudou a situação dos pequenos proprietários, que separou trabalhadores rurais dos seus meios de produção, que produziu uma mudança nos mercados de força de trabalho, em função de novas tecnologias, expandiu e redimensionou a divisão do trabalho nas esferas da circulação, distribuição e consumo apontando um processo modernizador no quadro das ligações entre o rural e o urbano, não vem absorvendo a comunidade residente nas atividades internas de desenvolvimento econômico industrial e turístico. Não é possível ignorar o desemprego no centro urbano bem como um aumento das suas periferias empobrecidas e problemáticas (GEHLEN, 2010).

2.2 Processo de urbanização no Cabo de Santo Agostinho

Zuquim (2007), na discussão sobre o processo de urbanização, afirma que os municípios em geral não possuem infraestrutura urbana para acompanhar o ritmo de crescimento urbano-industrial preconizado pelos projetos de intervenção do estado, mas no processo, os gestores estatais e privados esqueceram “que ele estava cheio de seres humanos” e de organizações sociais. Neste processo, tem-se um acréscimo de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de ‘natureza primeira’ já é ‘natureza segunda’ no novo centro urbano.

O processo de urbanização pelo qual passou a cidade intensificou a proliferação de bolsões de pobreza e seus desdobramentos nas manifestações da questão social. Com isso, aumenta o número de desempregados, da exclusão social e da violência em um meio ecológico modificado pelo meio técnico (SANTOS, 1985).

No caso do município do Cabo de Santo Agostinho, a urbanização acelerada e desordenada da área tem como resultado principal a expulsão em massa da população que saiu de seu lugar de origem e passou a aglomerar-se nas periferias da cidade, nas encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamento humano (Tab. 1) (SILVA, 2007).

Tabela 1: Evolução da população

1970	1980	1991	1996	2000
75.829	104.157	127.036	140.764	152.977

Fonte: Análise situacional do Cabo de Santo Agostinho, CPRH, 2006.

Este processo de transformação do espaço com a urbanização acarreta mudanças no meio ecológico, uma vez que as infraestruturas construídas pelo estado no contexto de desenvolvimento excludente implicam em mudanças nas condições ambientais interferindo bruscamente nas condições sociais, que neste trabalho são consideradas como questões socioambientais.

O meio ambiente sofre alterações com a chegada do capital, que não leva em consideração os impactos ambientais como a degradação do solo, poluição do ar, da água e o uso excessivo dos recursos naturais, e a população existente no entorno, com o único objetivo de maximizar o lucro (GEHLEN, 2010).

Na lógica da dinâmica capitalista, a natureza tem funções específicas, como gerar e prover os recursos materiais utilizados no processo produtivo e, após o seu uso, absorver os resíduos, que retornam ao ecossistema em forma de contaminadores. Estes contaminadores atingem as populações de modo a prejudicar o acesso e uso dos recursos ambientais (GEHLEN, 2006).

Percebe-se então que, ao longo da história, o processo de ocupação e uso da terra sempre atendeu, de forma prioritária, aos interesses e as necessidades econômicas, sem considerar aspectos ecológicos e sociais (SILVEIRA, 2009).

A conversão do uso da terra no Cabo de Santo Agostinho vem fazendo com que a população local, cuja economia é baseada na pequena agricultura, fosse marginalizada em relação ao desenvolvimento industrial do município, sendo segregada em áreas impróprias para uma sobrevivência digna (Fig. 2). Esse desenvolvimento vem preconizando a indústria e sua forma de produção em torno de suas principais atividades econômicas.

Área de habitações irregulares no município do Cabo de Santo Agostinho



Fig. 2 Área de habitações irregulares no município do Cabo de Santo Agostinho. Fonte: Acervo GRAPP, 2010.

3. ATIVIDADES ECONÔMICAS: TURISMO E COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE.

A implantação do Complexo Industrial e a solidificação da indústria do turismo no município do Cabo de Santo Agostinho tiveram influências naturais e materiais, sobretudo pela posição geográfica e sua vasta área litorânea. Outros aspectos contribuíram para desenvolvimento destas atividades que representam um papel importante na economia local, regional, e, também, nacional. Estas transformações vêm provocando e gerando impactos e conflitos socioambientais no município (SILVEIRA, 2010).

3.1 Turismo

O turismo que vem crescendo no Cabo de Santo Agostinho é, prioritariamente, voltado para o litoral, que tem uma extensão de 24 km e belas praias como Praia do Paiva, Enseada dos Corais, Calhetas e Gaibu. Suas praias são muito procuradas pelos turistas das mais diversas regiões do país e de outros países. Elas compõem o Projeto Costa Dourada, elaborado pelo estado para dinamizar o desenvolvimento.

Dentro dos moldes atuais, o turismo, iniciou-se na segunda metade do século XIX. No entanto, a atividade estende suas raízes pela história da humanidade. Algumas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, somente a partir do século XX, e mais precisamente a partir da década de 50, que ele evoluiu, projetando-se como um dos mais importantes setores econômicos do Mundo (LAGE; MILONE, 2000; RUSCHMAN, 1997). A definição de turismo segundo Donald Lundberg (1974) é, “atividade de transporte, alimentação e entretenimento, com grande componente econômico e profundas implicações sociais”.

A ocupação da orla do Cabo de Santo Agostinho, antes habitada por pescadores artesanais, começa na década de 1970 com a chegada dos loteamentos de veraneio. A partir da década de 1980 a ocupação destes loteamentos ocorre em ritmo acelerado, envolvendo aterro de mangue e privatização de trechos da praia por meio de muros, rampas e outras construções que impedem o acesso da população local aos recursos que são bem comuns (SILVA, 2007). Com o passar do tempo, mantém-se o ritmo das ocupações de veraneio, ocorrendo o surgimento de novos loteamentos, o que exige a implantação de infra-estrutura e equipamentos de apoio ao turismo como rodovias asfaltadas, hotéis, resorts, marinas, além de condomínios fechados que surgem como alternativas de investimento na área, distrito de Santo Antônio (Figura 3). (SILVA, 2007; BRYON e GEHLEN, 2004).

Distrito de Santo Antônio no Cabo de Santo Agostinho.

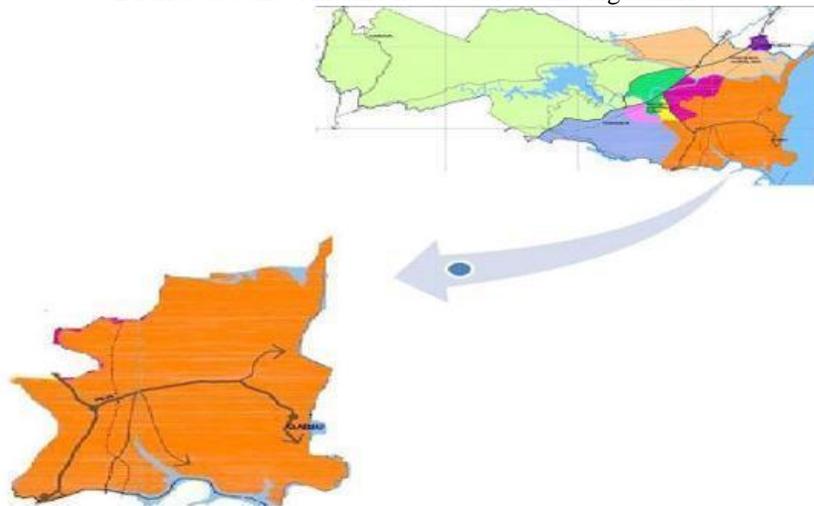


Fig. 3 Distrito de Santo Antônio no Cabo de Santo Agostinho. Fonte: Plano diretor do Cabo de Santo Agostinho Projeto de lei: 18/2006.

Segundo Fonteles (2004), produzindo um espaço turístico, o homem socializa a natureza, que se transforma em outra natureza, e esta modificação normalmente compromete a qualidade de vida local a médio, a longo e até em curto prazo. No caso em estudo, as modificações trazidas pela indústria do entreterimento ocasionaram a exploração excessiva do ambiente natural, a qual tem ameaçado a estabilidade dos seus sistemas de sustentação (desfiguração do solo, perda de florestas, poluição da água e do ar, etc.), o que afeta qualidade de vida das comunidades tradicionais do município.

Na visão de Ruschmann (1997), o turismo constitui-se num enorme gerador de riquezas e ao mesmo tempo uma força de agressão à natureza, às culturas, aos territórios e às sociedades, e ressalta ainda o caráter econômico desta atividade que não permite considerá-la “boa” ou “má”, nem mesmo como uma atividade que de um lado poderia respeitar a natureza ou de outro, destruí-la.

Conforme Cruz (1999 apud SILVA, 2007) por causa de um planejamento inadequado e da falta de participação da comunidade no processo de elaboração e execução das políticas para o turismo, a maior parte dos efeitos do turismo sobre o litoral tem sido negativa, ressaltando-se a eliminação de plantas e habitat de animais, contaminação da água, decréscimo das qualidades estéticas do cenário, contaminação arquitetônica, negação dos direitos sociais, particularmente o direito de acesso aos recursos naturais para a auto-suficiência, dentre outras problemáticas da manifestação dos conflitos socioambientais.

3.2 Complexo Industrial Portuário de Suape.

No que se refere ao Complexo Industrial Portuário de Suape, este foi criado em 1979, pelo Governo do estado de Pernambuco, tem uma localização estratégica em relação às principais rotas marítimas de navegação, conectando-se com mais de 160 portos em todos os continentes, colocando-o em condições de ser o principal porto concentrador do Atlântico Sul (Fig. 4) (SUAPE, 2008).

Complexo Industrial Portuário de Suape



Fig. 4 Complexo Industrial Portuário de Suape
Fonte: www.escadaedesenvolvimento.wordpress.com

O Plano Diretor para a implantação do Complexo Industrial integra uma extensa área para indústria e serviços de apoio a um porto marítimo, ao todo o Complexo ocupa uma área extensa de 13.500 hectares de terra dividido em zonas: portuária, industrial, administrativa e de preservação ecológica e cultural. Para sua construção foi necessário a desapropriação de terras de vários agricultores. Como a área é destinada à instalação de indústrias, na medida em que um novo empreendimento vem a se instalar, propriedades rurais são desapropriadas através de processo de negociação indenizatório entre Suape e o posseiro (SILVEIRA, 2010).

Muitas dessas desapropriações são feitas de tal forma que o pequeno agricultor não perde apenas suas terras, mas também toda sua história. Além de ter nascido e crescido neste espaço, ele criou família, “fincou” raízes que são arrancadas com falsas promessas de geração de emprego e renda. Identificam-se assim, conflitos socioambientais oriundos dos impactos gerados pelas ações do desenvolvimento no meio ambiente. Isto foi observado entre as diversas comunidades do entorno de Suape, que tiveram suas condições de vida alteradas pela implantação do Complexo Portuário.

As transformações ocorridas no modo de produção capitalista no município, e as alterações na divisão técnica e social do trabalho, além dos problemas e conflitos socioambientais provocados pela implantação do Complexo Portuário e Turístico, relatados acima, não foram o suficiente para superar o nível de pobreza dos moradores da região. Por não dispor de

qualificação suficiente para preencher os requisitos demandados pelos postos de trabalho disponíveis, a população local vem sendo marginalizada do processo de desenvolvimento econômico. A procura por vagas de emprego, fez com que o município sofresse uma pressão demográfica que aliada ao crescimento urbanístico sem planejamento adequado, acarreta uma série de problemas relacionados à infra-estrutura urbana.

Este cenário caracteriza um desenvolvimento excludente no qual o crescimento é visível nos números da economia, entretanto as condições de vida da população local continuam precárias, uma vez que não conseguem acessar de forma satisfatória os bens e serviços criados pelo desenvolvimento.

Portanto, a conversão do uso da terra no município vem ocorrendo nos moldes de um desenvolvimento, no qual a indústria instala-se e subjuga a agricultura e, como salienta Lefebvre “a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida as suas exigências” (LEFEBVRE, 2004, p. 17).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município do Cabo de Santo de Agostinho situado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, passa por um processo de desenvolvimento econômico que provoca e promove impactos socioambientais na reorganização territorial trazendo conseqüências de diferentes tipos em relação à saúde, a educação e aos recursos naturais no entrono da cidade e sua periferia. Este processo contém desdobramentos irreversíveis para o município, a terra que era usada para uma economia baseada na agricultura, é convertida para a indústria.

Neste contexto o rural é associado ao atraso, à baixa densidade populacional, ao isolamento, à falta ou precariedade de infra-estrutura. Já o urbano representa o progresso, desenvolvimento, modernidade, dinamicidade, concentração de serviços, infra-estruturas, comércio, indústria; ou seja, elementos representativos do desenvolvimento.

Esta conversão do uso da terra faz emergir uma urbanização, que por não ser planejada, interfere nas condições socioambientais, devido à falta de estrutura do município para receber a população que migra do seu lugar de origem, instalando-se em lugares inapropriados.

Atualmente o município tem o Complexo Industrial Portuário de Suape e o Turismo como bases de crescimento econômico. Essas atividades modificam o espaço para melhor atendimento de suas necessidades.

Faz-se necessário destacar que o município possui marco legal importante no aspecto da proteção ambiental (Agenda 21 local e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental). No entanto, vem funcionando apenas num contexto de rotinas administrativas previstas legalmente sem proposição de planos, programas e projetos de atuação no contexto local para evitar os impactos socioambientais (BARROS, 2009).

Com toda essa dinâmica de investimentos para diversificação econômica, o município do Cabo de Santo Agostinho tem sua estrutura rural alterada para características urbanas, ocorrendo assim o encontro do urbano com o rural.

As ligações e as interações entre o rural e o urbano vêm se tornando um componente importante e intenso para o sistema da pequena produção agrícola e de subsistência em muitas áreas, formando uma paisagem que não é nem urbana, nem rural, mas tem ambas as características, especialmente nas áreas que circundam os centros urbanos ou ao longo das estradas que levam a estes centros. Somando-se a isto muitas das populações rurais dependem dos centros urbanos para acesso à escola, a hospital, a crédito, a extensão rural, equipamentos agrícolas e serviços de governo (GEHLEN, 2005).

Desta forma, a realidade sócio-espacial e ambiental torna-se cada vez mais complexa. Os espaços rurais e urbanos não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente, tais espaços se relacionam e se interpenetram.

REFERÊNCIAS:

BARROS, André. **A política ambiental e o poder local: Uma análise das políticas públicas de meio ambiente do município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil.** Orientação: GEHLEN, Vitória. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2009.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário.** Rio de Janeiro, Ed WAK, 2002.

CPRH – Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Análise situacional – Cabo de Santo Agostinho, 2006.** Disponível em: www.cprh.gov.br/downloads/...cabo/3.1caboanalise-situacional.pdf.

Disponível em: www.suape.pe.gov.br. Acessado em 20 de abril, 2010.

LUNDBERG, K; HAWKINS, D. **Ecotourism: a Guide for planners and managers.** The ecotourism society, North Bennington, Vermont, 1993.

Figura 1. **Mapa do município do Cabo de Santo Agostinho dividido entre seus distritos.** Disponível em: www.cabo.pe.gov.br/Plano%20Diretor/planodiretor.asp Acessado em 04 de abril, 2010.

Figura 2. **Área de habitações irregulares no município do Cabo de Santo Agostinho.** Acervo GRAPP.

Figura 3. **Distrito de Santo Antônio no Cabo de Santo Agostinho.** Disponível em: www.cabo.pe.gov.br/Plano%20Diretor/planodiretor.asp Acessado em 04 de abril, 2010.

Figura 4. **Complexo Industrial Portuário de Suape.** Disponível em: www.escadaedesenvolvimento.wordpress.com Acessado em 05 de abril, 2010.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GEHLEN, Vitória. **Para Além dos Limites do Urbano: áreas Peri-urbanas e questão ambiental**. Trabalho apresentado no 37º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos - CERU, São Paulo, 2010a.

GEHLEN, Vitória. **Trabalho precarizado, saúde precarizada**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, Brasília, 2010b.

GEHLEN, Vitória. **Do rural ao urbano: a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul Pernambuco**. Projeto de pesquisa, 2005.

GEHLEN, Vitoria. **Espaço na contemporaneidade – A emergência nas relações de gênero e no trabalho**. Projeto PIBIC 2006.

GEHLEN, V.; BRYON, E. **Conflitos na produção do espaço: um estudo de caso em Gaibu, PE**. In: Observa Nordeste – Fundação Joaquim Nabuco, 2005 Recife. Disponível em: www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/gehlenbryon.pdf, 2005.

GEHLEN, V.; BRYON, E. **Comunidade costeira: a natureza do lugar**. In: b) **Simpósio Internacional sobre comunidades costeiras**, 2004, Recife. Anais do b) Simpósio Internacional sobre comunidades costeiras, 2004.

KELLY, P. F. **The politics of urban-rural relations: land use conversion in the Philippines – 1998**. In: TACOLI, C. *The earthscan reader in rural-urban linkages*. London. Earthscan, 2006.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1991 (Coleção Turismo). 122p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2001.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1997. (Coleção Turismo). 199p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.

SILVA, Amanda R. **Trabalho precário: impactos na saúde dos trabalhadores e no meio ambiente ocasionado pelas lavanderias de jeans do pólo Industrial de Confecções de Toritama – PE**. Orientação: GEHLEN, Vitória. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2010.

SILVA, Laurileide Barbosa da. **Conflitos Socioambientais na praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais**. Orientação: GEHLEN, Vitória. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2007.

SILVA, Tarcisio A. **O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo?** Orientação: GEHLEN, Vitória. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2004.

SILVEIRA, Karla. **Conflitos socioambientais e participação social: Uma análise dos conflitos socioambientais no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco.** Orientação: GEHLEN, Vitória. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2010.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana:** análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, ed Nacional – 1932.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. **Os caminhos do rural: uma questão agrária e ambiental** – São Paulo: Ed Senac São Paulo, 2007.

Disponível em: www.suape.pe.gov.br. Acessado em 20 de maio, 2010.